

TEMAS ATUAIS DE DIREITO PÚBLICO

*Y. Shimizu*¹

Desde os anos finais do último milênio, os magistrados e os advogados públicos estão detectando a necessidade de imprimir maior racionalidade à defesa do poder público e de modernizar os instrumentos de assessoramento jurídico da Administração Pública e, ainda, de atualizar os conhecimentos dos novos textos legais referentes ao Direito Público.

Diante desta evidência, a Procuradoria Federal da Quarta Região formulou um convite aberto aos especialistas dessa área de atuação para contribuírem com ensaios sobre temas relacionados com o Direito Público, contendo análises, reflexões, considerações teóricas e propostas de ação, que pudessem ensejar debates e reflexões sob variadas perspectivas: doutrinária, jurisprudencial e pragmática.

Tendo recebido mais de 60 contribuições, a citada Procuradoria designou pela Portaria nº 01/2007, de 28 de fevereiro de 2007, um Conselho Editorial específico, integrado pelos procuradores federais Felipe Camilo Dall'Alba, Guilherme Beux Nassif Azem, Eugênio Battesini e Leslie de Oliveira Bocchino, para selecionar 26 textos melhor fundamentados e de maior perspectiva de aplicação no desempenho profissional, oriundos de vários Estados.

A tarefa de organização desses textos coube ao procurador federal regional na ocasião da publicação, Antonio Marcos Guerreiro Salmeirão, e à procuradora desta universidade, Leslie de Oliveira Bocchino, que os ordenou e enfeixou em dois blocos: o primeiro referente ao Direito Constitucional, Administrativo e Tributário e o segundo ao Direito Processual Civil.

A publicação do livro, pela Editora UTFPR, com 394 p., em outubro último, foi uma realização conjunta da Procuradoria Federal da Quarta Região e da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, em regime de cooperação mútua, tendo contado, ainda, com a participação do signatário como homogenizador e revisor lingüístico dos textos e coordenador editorial. A produção gráfica foi efetuada na Divisão de Recursos Didáticos, do Campus Curitiba da citada universidade, tendo Maria Angélica Serena na editoração eletrônica e diagramação, Felipe Aires na criação da capa e João Batista Pimentel no processo de impressão.

A primeira parte, referente ao Direito Constitucional, Administrativo e Tributário, contém os seguintes textos: 1. "Participação popular no processo legislativo", de Adriano Sant'Ana Pedra; 2. "Controle de constitucionalidade no Brasil", de Carla Kátia Antoni Pozza; 3. "Sistema tributário, imunidades e ordem

¹ Editor executivo deste periódico e coordenador editorial da Editora UTFPR.

econômica", de Eugênio Battesini; 4. "A constitucionalidade da restrição imposta pelo Artigo 20, da Lei nº 8742/93 para o gozo do benefício de prestação continuada frente ao disposto no Artigo 203, inciso V, da Constituição Federal", de Fabiano Haselof Valcanover; 5. "Direitos fundamentais sociais: reserva do possível e controle jurisdicional", de Helena Beatriz Cesarino Mendes Coelho; 6. "Remanescentes de quilombo, índios, meio ambiente e segurança nacional: ponderação de interesses constitucionais", de Leandro de Mitidieri Figueiredo; 7. "A influência da lei complementar nº 123, de 14/12/2006 na licitações administrativas", de Leslie de Oliveira Bocchino; 8. "Algumas considerações sobre a reserva do possível e a efetivação dos direitos fundamentais sociais", de Mariana Filchtiner Figueiredo; 9. "O controle dos atos administrativos fundados em leis inconstitucionais", de Marcel Davidman Papadopol; 10. "Empenho estimativo e aplicação do parágrafo 1º do Artigo 65, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993", de Marinês Restelato Dotti; 11. "A responsabilidade do procurador quando do exame de minutas de edital e contrato", de Ricaro Luiz Sichel; 12. "O Estado como promotor de ações afirmativas e a política de cotas para o acesso de negro à universidade", de Rui Magalhães Piscitelli.

A segunda parte compõe-se dos ensaios: 1. "Prazos processuais dilatados para fazenda pública e o princípio da igualdade", de Adilson Balboni; 2. "Formulação do julgamento colegiado nos tribunais", de Araken de Assis; 3. "A amplitude da expressão 'processo administrativo disciplinar' contida no Artigo 172 da Lei nº 8112/90. Pedido de exoneração ou de aposentadoria voluntária por servidor envolvido em sindicância a ampla defesa como critério aferidor", de Daniel Borges de Abreu; 4. "A eficácia vinculativa dos verbetes sumulares do Supremo Tribunal Federal (primeiras considerações sobre a Lei nº 11 417/06)", de Daniel Ustarroz; 5. "Ação rescisória nos juizados especiais federais", de Eduardo Fernandes de Oliveira; 6. "Ampla defesa vista sob um olhar constitucional processual", de Felipe Camilo Dell'Alba; 7. "Eficácia sobreprincipal do devido processo jurídico procedimental (perspectiva analítico-funcional)", de Gabriel Pintaúde; 8. "Contraditório e ampla defesa na fase de cumprimento de sentença (Lei nº 11 232/05)", de Gil Ferreira de Mesquita e Carlos Elvécio Aparecido Santos; 9. "Considerações sobre o instituto da assistência no Direito Brasileiro", de Guilherme Beux Nassif Azem; 10. "Intervenção anônima - Lei nº 9 469/97", de Kataryna Just da Costa e Silva; 11. "Princípio do duplo grau de jurisdição: uma garantia constitucional?", de Lester Marcantonio Camargo; 12. "Reflexões sobre a relativização da coisa julgada frente os conflitos sociais e a real conceituação da justiça", de Liliane Jacques Fernandes; 13. "Algumas linhas sobre a súmula vinculante", de Pedro Luiz Pozza.

Constata-se, pois, que os temas tratados são de extrema atualidade e podem suscitar reflexões e debates, preenchendo uma lacuna na bibliografia jurídica do País.